

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO CIÊNCIAS CONTÁBEIS
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E SERVIÇO SOCIAL

NAYSLLA DELFINO PAULA AMORIM

POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENCIADAS NO CRAS NATAL NO MUNICÍPIO DE
ITUIUTABA- MG: SCFV/Reviver

ITUIUTABA

2019

NAYSLLA DELFINO PAULA AMORIM

POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENCIADAS NO CRAS NATAL NO MUNICÍPIO DE
ITUIUTABA- MG: SCFV/Reviver

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Administração Ciências Contábeis Engenharia de Produção e Serviço Social Universidade Federal de Uberlândia, como um dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luzilene de Almeida Martiniano

ITUIUTABA

2019

NAYSLLA DELFINO PAULA AMORIM

POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENCIADAS NO CRAS NATAL NO MUNICÍPIO DE
ITUIUTABA-MG: SCFV/Reviver

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Administração Ciências Contábeis Engenharia de Produção e Serviço Social Universidade Federal de Uberlândia, como um dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luzilene de Almeida Martiniano

Ituiutaba, _____ de _____ de 2019.

Prof.^a Dr.^a Luzilene de Almeida Martiniano (FACES/UFU)

Em memória da minha irmã Nayara Delfino Paula Amorim que foi meu exemplo e fonte de inspiração para que nunca desistisse dos meus sonhos e buscasse sempre me dedicar aos estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus e aos mentores amigos do plano espiritual, que sempre estiveram comigo me intuindo, amparando e me auxiliando a superar os dias difíceis, nos quais passei durante todos esses longos 4 anos e meio de graduação.

Agradeço a minha mãe Nilva e minha irmã Nayane que me deram total apoio e me incentivaram para eu continuar, mesmo com tantas dificuldades encontradas no caminho durante a graduação.

Agradeço ao meu pai Luiz, minha tia Zorina, minha prima Maira, meu primo Eduardo, a minha tia Nildinha, que mesmo longe sempre me incentivaram a continuar lutando pelos meus sonhos.

Agradeço também a minha amiga Aline Martins que acompanhou minhas crises emocionais durante toda graduação pois a cada obstáculo que iria surgindo eu pensava que não iria conseguir, e ela estava sempre de prontidão para me motivar e afirmar que eu iria vencer a cada um deles.

Agradeço também as minhas amigas Aline Rodrigues, Patrícia e Thuane, que sempre me apoiaram nas minhas decisões e torceram pelo meu sucesso.

Em especial a Dona Ivone e Sr. Altair a quem devo total gratidão, me deram total apoio quando permitiram trabalhar meio período para eu dedicar aos estudos.

As amigas Elaine, Luciene, Verinha que juntas formamos o Quarteto, que sempre uma socorria a outra nos momentos de dificuldades durante a graduação, pelos nossos agradáveis lanchinhos na casa das coleguinhas que eram servidos durante a nossas reuniões de estudo.

Ao CRAS Natal e toda sua equipe me acolheram de braços abertos e por ter me proporcionado um estágio proveitoso, e em especial a minha supervisora de campo Maria Terezinha Teodoro dos Santos que possui ótimo domínio teórico e prático, e durante todo o período de estágio ensinou-me como lidar com as diversas demandas, a partir de reflexões críticas, contribuindo assim para a minha formação profissional.

A professora Dr.^a Carmem Lúcia e a Laís por terem contribuído muito para o meu aprendizado e crescimento durante o desenvolvimento do PEIC 2018, como também para a minha formação profissional e pessoal.

A minha orientadora Dr.^a Luzilene de Almeida Martiniano, pela paciência, dedicação e por te me orientado nesse trabalho.

Aos professores do curso de Serviço Social que contribuíram para a minha formação profissional, a todos os colegas da 6^a turma de Serviço Social por todos os nossos momentos vividos juntos durante esses 4 anos e meio.

Agradeço a banca examinadora por terem aceito o meu convite.

Enfim meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram de forma direta ou indireta para a minha formação profissional.

GRATIDÃO.

RESUMO

Este estudo tem como objeto a participação dos idosos e mulheres, nos projetos que são desenvolvidos no Centro Referência da Assistência Social Natal no município de Ituiutaba-MG, o objetivo deste é de conhecer os projetos desenvolvidos pelo CRAS Natal para os idosos e mulheres, bem como compreender o significado para os mesmos em participar dos projetos e caracterizar o perfil dos participantes dos projetos do CRAS Natal. Para que estes objetivos fossem alcançados adotou-se a pesquisa exploratória e qualitativa, utilizando como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa de campo foi realizada com 5 (cinco) participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/Reviver, mediante a aplicação de entrevistas semiestruturadas e com a utilização do formulário no qual havia perguntas abertas e fechadas. Também foram entrevistados 1 (uma) assistente social e 1 (um) monitor do SCFV. Utilizou-se a abordagem qualitativa/quantitativa para a análise dos dados coletados. Partiu-se do pressuposto de que o SCFV/Reviver desenvolvido no CRAS Natal garantisse a qualidade de vida dos participantes. Mediante a entrevista realizada constatou que o SCFV/Reviver garante uma melhor qualidade de vida aos participantes deste serviço, pois ao serem indagadas as participantes destacam que perceberam melhorias na saúde, na vida social, proporcionando a elas amizades e interação com outras pessoas, e é exatamente este o propósito deste Serviço.

Palavras chave: Políticas Públicas. SCFV. CRAS.

ABSTRACT

This study aims at the participation of the elderly and women, in the projects that are developed at CRAS Natal in the municipality of Ituiutaba-MG, the project is to know the projects featured by CRAS Natal for the elderly and women, as well as the meaning of the meaning in the projects and characterize the profile of the participants of the CRAS Natal projects. In order to achieve these objectives, exploratory and qualitative research was adopted, using bibliographical and field research as methodological procedures. The field research was carried out with 5 (five) participants of the SCVF / Reviver, through the application of semi-structured interviews and the use of the form in which there were open and closed questions. Also interviewed were 1 (one) social worker and 1 (one) SCFV monitor. The qualitative / quantitative approach was used to analyze the data collected. It was assumed that the SCFV / Reviver project developed at CRAS Natal would guarantee the quality of life of the participants of this project. Through the interview realized that the SCFV / Reviver guarantees a better quality of life for the participants of the project, because when asked the participants emphasize that they perceived improvements in health, social life, providing them with friendships and interaction with other people, and it is exactly this is the purpose of this Service.

Keywords: Public Policies. SCFV. CRAS.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Idade das participantes | 41 |
| Gráfico 2- Estado Civil | 42 |
| Gráfico 3- Bairro onde residem | 42 |
| Gráfico 4- Beneficiários de aposentadoria ou pensão | 43 |
| Gráfico 5- Recebem Benefício do Governo | 44 |
| Gráfico 6- Renda Mensal | 44 |
| Gráfico 7- Referente à residência | 45 |
| Gráfico 8- Tempo de participação no SCFV/Reviver | 46 |
| Gráfico 9- Nível de satisfação em participar do SCVF/Reviver | 48 |
| Gráfico 10-Pontos a serem melhorados no SCFV/Reviver | 49 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-----------------|--|
| ACESSUAS | Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho |
| BPC | Benefício de Prestação Continuada |
| CF | Constituição Federal |
| CNAS | Conselho Nacional de Assistência Social |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| CREAS | Centro de Referência Especializado de Assistência Social |
| DDS | Departamento de Desenvolvimento Social |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| LOAS | Lei Orgânica da Assistência Social |
| MDS | Ministério do Desenvolvimento Social |
| NOB | Norma Operacional Básica |
| PAIF | Programa de Atenção Integral a Família |
| PBF | Programa Bolsa Família |
| PNAS | Política Nacional de Assistência Social |
| PNI | Política Nacional do Idoso |
| PETI | Programa de Erradicação do Trabalho Infantil |
| PSB | Proteção Social Básica |
| PSE | Proteção Social Especial |
| SCFV | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos |
| SEDS | Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social |
| SNAS | Secretaria Nacional de Assistência Social |
| SUAS | Sistema Único de Assistência Social |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre Esclarecido |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL | 16 |
| 2.1 Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004) /NOB-SUAS 2005..... | 22 |
| 2.2 Proteção Social Básica | 23 |
| 2.3 Centro de Referência de Assistência Social CRAS | 31 |
| 2.4 Mecanismos de Defesa para a Proteção ao Idoso: PNI e EI | 32 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 36 |
| 3.1 Cenário da Pesquisa | 38 |
| 3.2 A pesquisa de campo, seus resultados e discussões..... | 40 |
| 3.3 O olhar da Assistente Social e do Monitor do Projeto para o SCFV do CRAS Natal | 50 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 52 |
| REFERÊNCIAS | 54 |
| APÊNDICES..... | 56 |
| ANEXOS | 60 |

1 INTRODUÇÃO

O interesse por este tema, surgiu mediante o início do estágio da pesquisadora, no Centro de Referência da Assistência Social do Bairro Natal, através do primeiro contato com as mulheres e idosos que estão inseridos dentro dos projetos na Instituição.

O Objeto de Estudo foi a participação de mulheres e idosos, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Grupo Reviver que é desenvolvido no CRAS Natal no município de Ituiutaba-MG.

Inicialmente questionava-se quais são os projetos que atendem as mulheres e idosos e quais os projetos que os mesmos estavam inseridos, e a partir dessa inserção, saber se são atendidos de maneira com que se sintam satisfeitos em continuar participando dos projetos, se as questões que vão surgindo a partir da sua participação no projeto, são levantadas pelos coordenadores, para estarem sempre tendo um diálogo, e atendendo as dúvidas, reclamações e ideias para que sejam introduzidas dentro do projeto.

Partiu-se do pressuposto que o SCFV/Reviver desenvolvido pelo CRAS Natal de Ituiutaba-MG, garantisse a qualidade de vida dos participantes deste serviço.

Desta forma o objetivo geral foi conhecer os projetos desenvolvidos pelo CRAS Natal para mulheres e idosos, e os objetivos específicos foram compreender o significado para os mesmos em participar dos projetos como também caracterizar o perfil dos participantes do SCFV/Reviver do CRAS Natal.

Para que estes objetivos fossem alcançados adotou-se a pesquisa exploratória e qualitativa, utilizando como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e de campo.

Conforme a Política Nacional de Assistência Social (2004) o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, visa a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho. (BRASIL, 2004, p.36).

A pesquisa de campo foi realizada com 5 (cinco) participantes do SCFV/Reviver, sendo 5 mulheres, 3 na faixa etária de 40 a 60 e 2 idosas, mediante a aplicação de entrevistas semiestruturadas e com a utilização do formulário no qual havia perguntas abertas e fechadas. Também foram entrevistados 1 (uma) assistente social e 1 (um) monitor do SCFV.

Ressalta-se que a partir da leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) as entrevistadas aceitaram participar da pesquisa, o TCLE foi

assinado pelas mesmas pois desta forma a identidade seria mantida em sigilo, e após foi apresentada a entrevista e feita a aplicação do formulário.

Este trabalho foi dividido em 2 capítulos: O primeiro capítulo traz uma Breve contextualização sobre a Seguridade Social, no qual são abordados temas sobre: A Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004) /Norma Operacional Básica-SUAS (2005), A Proteção Social Básica, Centro Referência da Assistência Social (CRAS) e os Mecanismos de Defesa para a Proteção ao Idoso: Política Nacional do Idoso e Estatuto do idoso.

O segundo capítulo apresenta os Procedimentos Metodológicos, O Cenário da Pesquisa, A pesquisa de campo seus resultados e discussões e O olhar da Assistente Social e o Monitor do Projeto para o SCFV do CRAS Natal.

Espera-se que este trabalho contribua de alguma forma para os estudos e atividades referentes as mulheres como também população idosa e seus enfrentamentos, contudo não se esgota e traz muitas outras indagações.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL

A Constituição Federal de 1988 foi um grande marco para a garantia dos direitos sociais, portanto ficou conhecida como Constituição Cidadã. A partir da constituição a população começou a ter acesso a direitos básicos como saúde, educação e moradia, o que antes era impossível por não existir políticas públicas que garantissem esses direitos. Dessa forma a Assistência Social era vista como caridade, benesse e filantropia e as suas ações eram desenvolvidas por instituições como igreja e também pelas damas caridades, atendendo a população pobre e carente.

[...] como afirma Oliveira (2005) por muito tempo a Assistência Social foi o lugar da não política, da cultura do favor, de ações caritativas, voluntaristas de cunho solidário e assistencialista. O próprio trato do Estado era voltado para uma política caracterizada como fragmentada, pontual e paliativa, identificada como intervenção para os pobres, tendo esses como seu público-alvo através de ações marginais e secundárias. (*apud*, SILVA, 2012, p.12).

Somente a partir do ano de 1934 como consta na Carta Constitucional é que “o Estado fica obrigado a assegurar o amparo aos desvalidos e se fixa a destinação de 19 rendas tributáveis a maternidade e infância”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.263).

Ainda conforme Iamamoto e Carvalho (2014) em 1938 através do Decreto Lei Nº 525, de 01/07/1938 sob a vigência do Estado Novo, foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social juntamente com o Ministério da Educação e Saúde. Porém “[...] tampouco chegou a ser um organismo atuante. Caracterizou-se mais pela manipulação de verbas e subvenção, como clientelismo político” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, 264)

Em 1942 surge a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com o objetivo de:

[...] promover as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados, e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao esforço de guerra”. Surge a partir de iniciativa de particulares logo encampada e financiada pelo governo, contando também com o patrocínio das grandes corporações patronais (Confederação Nacional da Indústria e Associação Comercial do Brasil). E o concurso das senhoras da sociedade. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 265).

O início da LBA se deu com o atendimento das famílias que estavam na Segunda Guerra Mundial. E segundo Iamamoto e Carvalho (2014) com o fim da Segunda Guerra Mundial a LBA passa a atuar em várias áreas da Assistência Social.

Foi somente com a consolidação da Constituição de 1946, no cenário pós-guerra segundo Simões (2012), “[...] houve a retomada da instituição do seguro social com notáveis avanços, na área da previdência social, que resultou na conquista da Lei Orgânica Previdência Social (LOPS), em 1960”. (SIMÕES, 2012, p.104).

Conforme Simões (2012) a partir da Constituição de 1967, houve “a separação conceitual entre seguro social e seguro de acidentes do trabalho”, devido aos recordes mundiais de acidente e doenças de trabalho nos anos de 1970”.

Segundo Simões (2012), foi a partir da consolidação da Constituição Federal de 1988, que o termo seguridade social foi instituído e a seguridade social tem por finalidade “a garantia de certos patamares mínimos de vida da população”. (Simões, 2012, p.105)

De acordo com o art. 194 da Constituição de 1988, “A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL,1988).

Ainda conforme o art. 194 da Constituição estão descritos os objetivos da Seguridade Social:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços,
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios
- V - equidade na forma de participação no custeio;
- VI – diversidade da base de financiamento;
- VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (BRASIL, 1988).

No que se refere aos objetivos da Seguridade Social, os mesmos são aplicados nas três políticas, porém cada um funciona de acordo com suas especificidades. Nesse sentido estas três políticas são “direitos sociais que foram instituídos dentro da seguridade social, que são de caráter universal e tem por finalidade a garantia de estabilidade da sociedade”. (SIMÕES, 2012, p.105).

A saúde deixa de ser só para contribuintes e passa a ser universal somente a partir da Constituição Federal de 1988 que em seu art.196 a Política de Saúde é definida como:

[...] saúde direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988).

Deste modo o Estado deve garantir o direito a saúde a toda a população de maneira igualitária e universal. Enquanto a Previdência Social descrita no art. 201 da Constituição é de caráter contributivo e a filiação é obrigatória para todos os trabalhadores. Logo, para que se tenha acesso aos serviços e benefícios da previdência social é necessário que o trabalhador tenha contribuído anteriormente. Esta política de Previdência Social garante aos filiados e dependentes o acesso aos seguintes benefícios:

- I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário
- IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
- V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º. (BRASIL, 1988)

E por fim foi instituída pela Constituição de 1988 a Política de Assistência Social, sendo não contributiva e para quem dela necessitar. O art. 203 da Constituição de 1988, apresenta os seguintes objetivos da assistência social:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (Brasil, 1988).

É importante ressaltar segundo Simões (2012), que a Assistência Social foi uma das três políticas fundamentais para a seguridade social, pois de acordo com esse fato a política de assistência social:

[...] expressa a superação do conceito de assistencialismo, da filantropia e da benemerência social para a profissionalização da atividade pública, não somente no atendimento as necessidades básicas da população, como sobretudo junto a população em situação de risco e vulnerabilidade social, pela reconstituição das relações familiares, habitação e reabilitação profissional e por programas e projetos de enfrentamento a pobreza. (SIMÕES, 2012, p.190)

Esta política visa atender famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social. E toda a população têm direito de acessar os serviços, benefícios, programas, projetos, que são ofertados pela política de assistência. (SIMÕES, 2012, p.189).

A Política de Assistência Social foi instituída pela Constituição Federal de 1988, no entanto só no ano de 1993 que a política foi efetivada através da Lei Nº 8.742 Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). E no seu art. 1º define a assistência social:

[...] direito do cidadão e dever do estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

No que se refere aos objetivos da Assistência Social, estes estão elencados no art. 2º da LOAS (1993), e se subdividem em 3 objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos;
 II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
 III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. (BRASIL, 1993)

E em seu Art. 4º apresenta os seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
 II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
 III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
 IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
 V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (BRASIL, 1993).

A partir dos princípios é possível perceber que há uma universalização dos direitos sociais, buscando atender de forma igualitária a população em situação de vulnerabilidade em decorrência das refrações da questão social.

Para o atendimento dessas demandas, a assistência social se subdivide em dois tipos de proteção como mostra no art. 6º A da LOAS (1993):

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. (BRASIL, 1993).

Segundo Simões (2012, p.332), a Proteção Social Especial se subdivide em duas modalidades: “média complexidade é quando os direitos já foram violados, mas os vínculos familiares ainda permanecem”, requerendo atenção individualizada e especializada, tais como:

- Serviço de orientação e apoio sociofamiliar.
- Plantão Social.
- Abordagem de Rua.
- Cuidado no Domicílio.
- Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência.
- Medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA). (BRASIL, 2004, p. 38)

Na segunda modalidade está a alta complexidade, de acordo com Simões (2012, p.332), “além da violação de direitos, os referidos vínculos já foram rompidos”. Desse modo os serviços que garantem a proteção integral são:

- Atendimento Integral Institucional.
- Casa Lar.
- República.
- Casa de Passagem.
- Albergue.
- Família Substituta.
- Família Acolhedora.
- Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada).
- Trabalho protegido. (BRASIL, 2004, p.38)

Desta forma foi a partir da promulgação da LOAS (1993) que a “população em risco ou em vulnerabilidade social deixou de ser assistida ou favorecida para se tornar usuária e beneficiária. (SIMÕES, 2012, p.301).

2.1 Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004) /NOB-SUAS 2005

No ano de 2003 foi realizada a IV Conferência Nacional de Assistência Social, que em sua pauta apontou como principal deliberação: “a construção e implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), requisito essencial da LOAS para dar efetividade à assistência social como política pública. (BRASIL, 2004, p.13). Este processo de discussão e reestruturação da política de assistência social na direção do SUAS, é resultado do compromisso entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em conjunto com Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), que tem por propósito o enfrentamento das grandes e crescentes demandas sociais. (BRASIL, 2004, p. 13). Nesse sentido a PNAS (2004),

Busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. (BRASIL, 2004, p.13).

É importante ressaltar que a PNAS (2004) estabelece princípios (que estão em consonância com a LOAS art. 4º) e diretrizes para a implementação do SUAS. Conforme a PNAS foi sendo implementada, foi se criando a Norma Operacional Básica do SUAS NOB/SUAS (2005), que é o resultado de um longo percurso democráticos debates no qual o CNAS e seus conselheiros tiveram um papel primordial. (BRASIL, 2005, p.85).

Deste modo a NOB/SUAS (2005):

Disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social no território brasileiro, exercida de modo sistêmico pelos entes federativos, em consonância com a Constituição da República de 1988, a LOAS e as legislações complementares a ela aplicáveis. (BRASIL, 2005, p.85).

De acordo com a NOB/SUAS (2005) O SUAS é um “sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira”. (BRASIL, 2005, p. 86).

No que se refere ao conteúdo da NOB/SUAS (2005) é estabelecido:

- a) caráter do SUAS;
- b) funções da política pública de Assistência Social para extensão da proteção social brasileira;
- c) níveis de gestão do SUAS;
- d) instâncias de articulação, pactuação e deliberação que compõem o processo democrático de gestão do SUAS;
- e) financiamento;
- f) regras de transição. (BRASIL, 2005, p.85).

Conforme a NOB/SUAS (2005), são eixos estruturantes da gestão do SUAS:

- a. precedência da gestão pública da política;
- b. alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários;
- c. matricialidade sociofamiliar;
- d. territorialização;
- e. descentralização político-administrativa;
- f. financiamento partilhado entre os entes federados;
- g. fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil;
- h. valorização da presença do controle social;
- i. participação popular/cidadão usuário;
- j. qualificação de recursos humanos;
- k. informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados. (BRASIL, 2005, p.87).

Deste modo conforme a NOB/SUAS (2005), os eixos estruturantes da gestão do SUAS visam articular um conjunto de iniciativas do Estado nos diferentes níveis de atuação, e em conjunto com a sociedade civil organizada através de espaços de participação democrática.

2.2 Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica, incide sobre as famílias, seus membros e indivíduos, em que têm suas condições básicas garantidas, entretanto possuem fragilidades de renda, convívio social, e estas fragilidades necessitam de uma proteção específica, de modo que atenda estas necessidades, e na Assistência Social é chamada Proteção Social Básica. (SIMÕES, 2012, p.332).

Conforme a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) A Proteção Social Básica tem como objetivos “prevenir situações de risco, desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”. E a PSB destina-se “à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social”. (BRASIL, 2004, p. 33).

Desta forma a Proteção Social Básica se articula e se organiza a partir dos níveis de complexidade sendo na PSB o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), enquanto que a Proteção Social Especial PSE o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e também pela rede socioassistencial formadas pelas entidades e organizações de Assistência Social referenciadas ao CRAS (BRASIL, 2016, p.34).

A PSB é orientada por princípios e um destes é a Matricialidade Sociofamiliar.

Conforme NOB/SUAS (2005) o conceito de Matricialidade Sociofamiliar:

- a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social;
- a defesa do direito à convivência familiar, na proteção de Assistência Social, supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero;
- a família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência;
- o fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social, na própria família, não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade. (BRASIL, 2005, p. 90).

Outro princípio que está inserido na PSB é o princípio da Territorialização que de acordo com a NOB/SUAS (2005) “significa o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos, que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social” (BRASIL, 2005, p.91). Segundo BRASIL (2016) a Territorialização se torna possível a partir da:

Identificação das condições de vulnerabilidade e risco existentes num determinado território, das pessoas e famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco pessoal, social, assim como o reconhecimento do potencial e da dinâmica de organização de determinados grupos sociais, do contexto que incide sobre eles, das estratégias existentes de enfrentamento, dentre outros aspectos. (BRASIL, 2016, p.99).

A PSB se organiza a partir de programas, serviços, projetos e assim, os serviços socioassistenciais oferecidos na Proteção Social Básica são:

- Programa de Atenção Integral às Famílias.
- Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza.
- Centros de Convivência para Idosos.
- Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças.
- Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos (BRASIL, 2004, p.36).

Entende-se por Serviços Socioassistenciais, “atividades continuadas, visam a melhoria da vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da população”. (BRASIL, 1993).

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) traz os seguintes Serviços Socioassistenciais que são ofertados pela Proteção Social Básica: “Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos”. (BRASIL, 2016, p. 46). Os serviços oferecidos na Proteção Social Básica visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros [...] (BRASIL, 2004, p. 36).

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF está previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) e é um dos serviços que compõem a proteção social básica, e este serviço é desenvolvido no território de abrangência do CRAS.

O PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (BRASIL, 2009, p.6).

O PAIF tem por objetivos:

- Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;
- Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;
- Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;
- Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;
- Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;
- Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. (BRASIL 2009, p.7).

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) O PAIF atende os seguintes usuários:

Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS (BRASIL 2009, p.7).

Segundo BRASIL (2016), o trabalho social com as famílias é materializado por meio das ações que tende a atender aos objetivos do serviço conforme as demandas e a participação da família.

São ações do PAIF:

- Acolhida
- Oficinas com famílias
- Ações comunitárias
- Ações particularizadas;
- Encaminhamento. (BRASIL, 2016, p. 52).

Ainda conforme BRASIL (2016), para que haja o real alcance dos objetivos, “essas ações devem ser planejadas, monitoradas e avaliadas pelos profissionais e famílias, visando ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários”. (BRASIL, 2016, p. 52).

Outro serviço ofertado pela Proteção Social Básica é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Conforme BRASIL (2016), possui um caráter

“preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, visando alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais”. (BRASIL, 2016, p.60).

O SCFV tem por objetivo geral:

- Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária;
- Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;
- Promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios;
- Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos;
- Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários;
- Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades;
- Favorecer o desenvolvimento de atividades Inter geracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários (BRASIL 2009, p.10).

Nesse sentido os encontros realizados pelos grupos que compõem o SCFV tornam-se, um espaço importante para que possa promover as seguintes estratégias: “processos de valorização, reconhecimento, escuta, produção coletiva, exercícios de escolhas, dialogo para a resolução de conflitos, reconhecimento de limites e possibilidades vividas, aprendizado e ensino de forma igualitária”. (BRASIL, 2016, p.62)

Segundo MDS (2016, p.63) o SCFV é dividido em grupos por faixa etária considerando as especificidades dos ciclos de vida e são organizados em grupos de criança, de adolescentes, de jovens, de adultos, e de pessoas idosas (BRASIL 2016, p.63).

De acordo BRASIL (2016), para o atendimento no SCFV são considerados públicos prioritários, crianças e/ou adolescentes e/ou pessoas idosas, que estejam nas seguintes situações:

- Em situação de isolamento
- Trabalho Infantil;
- Vivência de violência e/ou negligência;
- Fora da escola ou com defasagem escolar superior a dois anos;
- Em situação de acolhimento;
- Em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto;
- Egressos de medidas socioeducativas;
- Situação de abuso e/ou exploração sexual;
- Com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- Criança e adolescentes em situação de rua
- Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência. (BRASIL, 2016, p.65)

Ainda conforme BRASIL (2016), “o acesso do público ao SCFV poderá acontecer por demanda espontânea, busca ativa, encaminhamento dos serviços, da rede socioassistenciais ou das demais políticas públicas [...]”. (BRASIL, 2016, p. 65).

O Serviço de Proteção Social no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas, está inserido na PSB e tem por objetivo:

[...] sensibilizar famílias e grupos sociais quanto a direitos e necessidade de inclusão, promovendo o acesso a benefícios e serviços socioassistenciais, identificando situações de dependência e prevenindo a institucionalização e o confinamento de idosos e de pessoas com deficiência”. (BRASIL,2016, p.46)

Este Serviço Socioassistencial ofertado pela PSB visa “prevenir agravos que resultem no rompimento de vínculos familiares e sociais de pessoas com deficiência e pessoas idosas”. (BRASIL,2016, p.46)

No que se refere aos Benefícios Socioassistenciais que são ofertados pela PSB, os mesmos cumprem papel importante na ação preventiva as situações de desproteção social de famílias e indivíduos. (BRASIL,2016).

Os benefícios são formas de transferência de renda direta ou de entrega de bens materiais aos beneficiários que necessitam de forma mais contínua ou de forma circunstancial da proteção social do Estado a garantia de sua sobrevivência imediata. Estes são um importante mecanismo para a superação de vulnerabilidade sociais, fruto de desigualdades sócio históricas. (BRASIL, 2016, p. 70)

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) está previsto na Constituição de 1988 Art. 203 em seu inciso V, e foi regulamentado pela LOAS Lei Nº 8.742/ 1993, é

a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência de qualquer idade e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família, para requerer o benefício o usuário terá que passar pela avaliação médica e avaliação social realizadas por médicos peritos e por assistentes sociais do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). (BRASIL,1993). Na LOAS (1993) em seu art. 20º, inciso 3º considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo.

O BPC está integrado na Proteção Social Básica do SUAS como um benefício individual, não vitalício, intrasferível e para ter acesso não é necessário ter contribuído com a Previdência Social (BRASIL, 2016, p.71).

O Programa Bolsa Família PBF é um benefício socioassistencial, de transferência de renda ofertada pelo nível federal de governo, “que consiste na transferência de recursos financeiros, e é destinado as pessoas em situação de pobreza ou pobreza extrema”. (BRASIL, 2016, p.77).

E no que se refere ao benefício eventual, o mesmo está integrado no âmbito da PSB e segundo a LOAS (1993) em seu art.22º, “tem caráter suplementar e provisório, são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública”.

A oferta de Benefícios Eventuais pode ocorrer mediante apresentação de demandas por parte de indivíduos e familiares em situação de vulnerabilidade, ou por identificação dessas situações no atendimento dos usuários nos serviços socioassistenciais e do acompanhamento sócio familiar no âmbito da Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, p.23).

Deste modo os benefícios eventuais são concedidos a partir da identificação das demandas, que são atendidas no âmbito da PSB e PSE.

Dentro da PSB são ofertados os programas de assistência social que estão definidas no art.24 da LOAS (1993), “compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais”. (BRASIL,1993).

No âmbito da Proteção Social Básica segundo BRASIL (2016), “há três programas que cumprem papel importante na ação preventiva as situações de

desproteção social de famílias e indivíduos, são eles: Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do trabalho (ACESSUAS Trabalho), BPC Escola e BPC Trabalho”.

O ACESSUAS Trabalho foi instituído pela Resolução CNAS nº18/2012, e esse programa “propõe a desenvolver ações de articulação, mobilização e encaminhamento para a garantia do direito à cidadania a inclusão no trabalho, assim como viabilizar o acesso a cursos de qualificação e formação profissional”. (BRASIL,2016, p.85).

O Programa BPC na Escola foi instituído pela Portaria Interministerial MDS/MEC/ MS/ SEDH nº 18, de 24 de abril de 2007, tem por objetivo:

Promover a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência, beneficiários do BPC, prioritariamente de 0 a 18 anos de idade. Por meio deste programa crianças, adolescentes e jovens com deficiência, membros de familiares pobres, são beneficiados por diferentes ações destinadas a garantir-lhes o acesso e a permanência na escola, por meio de articulação intersetorial, envolvendo as políticas de educação, assistência social, direitos humanos e saúde. (BRASIL,2016, p.89).

Outro programa que está introduzido na PSB é o BPC Trabalho. Este Programa tem como objetivo “ promover a inclusão e a manutenção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho”. (BRASIL, 2016). É importante ressaltar que esse programa propõe:

A efetivação de articulações e parcerias para oportunizar o acesso a qualificação profissional, seja por meio de participação em cursos técnicos, profissionalizantes ou em programas de aprendizagem profissional, como também pela oportunidade de acesso ao mundo do trabalho, por meio do encaminhamento as ofertas locais de inserção profissional e intermediação de mão de obra. (BRASIL, 2016, p.92)

Segundo MDS (2015) o BPC Trabalho está articulado com o programa ACESSUAS Trabalho nas ações de “mobilização e encaminhamento das pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social para cursos de capacitação, formação profissional e demais ações de inclusão produtiva”. (MDS, 2015)

2.3 Centro de Referência de Assistência Social CRAS

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a principal porta de entrada do SUAS, sendo responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica nas áreas de risco e vulnerabilidade social. (BRASIL, 2016, p.35). De acordo com a LOAS (1993) em seu art. 6º- c:

O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias. (BRASIL,1993).

Segundo SIMÕES (2012), o CRAS tem como objetivo ser uma referência local de assistência social e concretizar os direitos socioassistenciais, ofertando e coordenando, em rede, as ações que previnam situações de risco.

De acordo com a PNAS (2004) o público em que o CRAS atua é com famílias e indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade social, como também visa a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário das famílias e indivíduos.

São considerados serviços de Proteção Básica da Assistência Social, conforme PNAS (2004):

[...] aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais. (BRASIL, 2004, p.36)

Neste sentido os serviços socioassistenciais como o PAIF e o SCFV, são ofertados no CRAS, no qual visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho. (BRASIL, 2004, p.36).

Desta forma ao ofertar estes serviços para as famílias e indivíduos que buscam o atendimento, a equipe técnica do CRAS deve planejar as ações, conhecer e mapear o território de modo que identifique as demandas existentes. (BRASIL, 2009, p.9).

Dentre as ações de responsabilidade do CRAS, está a articulação da rede socioassistencial, bem como a promoção da articulação intersetorial, possibilitando a constituição de redes de proteção social nos territórios. (BRASIL, 2016, p.36).

Conforme a NOB/SUAS 2005, a rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, [...] sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade. (BRASIL,2005, p.94).

Deste modo a articulação em rede constitui-se como um mecanismo pelo qual mantém conexões entre diferentes organizações e serviços, no qual realiza encaminhamentos dos usuários do CRAS para outros órgãos públicos. (BRASIL, 2016, p.119).

No que se refere as atribuições do Coordenador (a) do CRAS, que compõe a equipe de referência do CRAS, é importante ressaltar que o mesmo é responsável pela articulação da rede de serviços da PSB e intersetoriais. (BRASIL, 2016, p.38).

2.4 Mecanismos de Defesa para a Proteção ao Idoso: PNI e EI

Conforme exposto no início do capítulo 1 que a consolidação da Constituição Federal de 1988 foi um marco para a garantia dos direitos sociais, iremos ressaltar aqui a importância da CF (1988) para os idosos. E foi só a partir da consolidação da CF (1988) que os idosos foram reconhecidos como portadores de direitos. E o art. 230 dispõe que:

A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos. (BRASIL, 1988)

Podemos ressaltar que a família tem um papel importante na garantia dos direitos dos idosos, no sentido de que os mesmos possam ter uma ampla proteção tanto do Estado quanto da família.

A Constituição de 1988 traz no seu art.230 os direitos dos idosos. E após 6 anos exatamente no ano de 1994 surge A Política Nacional do idoso (PNI), que foi um importante instrumento para exercer a garantia dos direitos dos idosos.

A PNI está prevista na Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994, que tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade (BRASIL,1994). Segundo

a PNI em seu art. 2º considera-se idoso, a pessoa maior de sessenta anos de idade (BRASIL,1994).

O art. 3º da PNI traz os seguintes princípios:

- I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
- II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
- III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
- IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;
- V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei. (BRASIL, 1994)

De acordo com o art.10 da PNI é de competência dos órgãos e entidades públicas, em seu inciso I- na área de promoção e assistência social:

- a) prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não-governamentais;
- b) estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros;
- c) promover simpósios, seminários e encontros específicos;
- d) planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso;
- e) promover a capacitação de recursos para atendimento ao idoso; (BRASIL,1994).

Neste sentido o idoso deve ter acesso aos serviços e ações, que são desenvolvidos por meio dos órgãos públicos e em todas as áreas de convivência que são voltadas para o idoso.

Outro mecanismo de Defesa aos direitos dos Idosos, que podemos ressaltar é o Estatuto do Idoso que foi de grande importância para que houvesse ampliação dos direitos da pessoa idosa, e com ênfase na garantia e defesa dos direitos dos mesmos.

O Estatuto do idoso foi criado no de 2003 e instituído pela Lei de Nº 10.471, de 1 de outubro de 2003. Este estatuto de acordo com seu art. 1º foi “destinado a regular os direitos assegurados as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. (BRASIL, 2013, p.7).

O Estatuto assegura ao idoso que tenha, uma proteção integral e todas as oportunidades e facilidades para a preservação de sua saúde física mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. E o art. 3º do estatuto afirma que:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2013, p.8).

E em seu parágrafo único traz o que se compreende por garantia de prioridade que dar-se a preferência aos idosos em vários órgãos públicos e privados:

- I - atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;
- II - preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;
- III - destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso;
- IV - viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;
- V - priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;
- VI - capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos;
- VII - estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;
- VIII - garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais. (BRASIL, 2013, p.9).

Desta forma a prioridade dos idosos nos diversos locais, é a garantia de valorização e protagonismo dos mesmos, pois irão usufruir desses direitos para conquistarem seu espaço na sociedade.

Também está previsto no art. 10º sobre os direitos a liberdade, ao respeito e a dignidade:

E obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.
§ 1º O direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos:

- I – faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II – opinião e expressão;
- III – crença e culto religioso;
- IV – prática de esportes e de diversões;
- V – participação na vida familiar e comunitária;
- VI – participação na vida política, na forma da lei;
- VII – faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

§ 2º O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.

§ 3º É dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (BRASIL, 2013, p. 10)

Neste sentido o Estado e sociedade devem assegurar e garantir que tais direitos elencados acima sejam cumpridos.

E é importante ressaltar que no Estatuto do Idoso está previsto no seu art. 19º sobre os órgãos em que a população deve recorrer em casos de violência contra o idoso:

Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objetos de notificação compulsória pelos serviços públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos:

- I - Autoridade policial;
- II - Ministério Público;
- III - Conselho Municipal do Idoso;
- IV - Conselho Estadual do Idoso;
- V - Conselho Nacional do Idoso. (BRASIL, 2013, p. 15)

Desta forma os mecanismos que foram mencionados, juntamente com o Estado, família e sociedade, formam uma rede de proteção integral para que os Idosos estejam protegidos e seus direitos efetivados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tem como objeto de estudo a participação das mulheres e idosos, no SCFV/Reviver que é desenvolvido no CRAS Natal no município de Ituiutaba-MG. O interesse pelo tema, surgiu mediante o início do estágio da pesquisadora, no CRAS Natal, através do primeiro contato com as mulheres e idosos que estão inseridos dentro dos projetos na Instituição.

O intuito inicial foi a preocupação em saber, quais são os projetos que atendem as mulheres e idosos e quais os projetos que os mesmos estavam inseridos, e a partir dessa inserção, saber se são atendidos de maneira com que se sintam satisfeitos em continuar participando dos projetos, se as questões que vão surgindo a partir da sua participação nos projetos, são levantadas pelos coordenadores, para estarem sempre tendo um diálogo, e atendendo as dúvidas, reclamações e ideias, para que sejam introduzidas dentro dos projetos.

Desta forma o objetivo geral foi conhecer os projetos desenvolvidos pelo CRAS Natal para mulheres e idosos e os objetivos específicos foram compreender o significado para os mesmos em participar dos projetos como também caracterizar o perfil dos participantes do projeto SCFV/Reviver do CRAS Natal.

Partiu-se do pressuposto de que o SCFV/Reviver desenvolvido no CRAS Natal garantisse a qualidade de vida dos participantes deste serviço.

Para que estes objetivos fossem alcançados adotou-se como metodologia a pesquisa exploratória e qualitativa, pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa exploratória foi utilizada pois, esse método de pesquisa permite uma aproximação maior com o objeto de estudo, com o propósito de torna-lo mais claro". (GIL,2010, p.27).

Para tanto a pesquisa bibliográfica foi realizada em livros, busca em sites, trabalhos científicos, que proporcionaram uma cientificidade na pesquisa como também uma fundamentação teórica ao assunto.

A pesquisa de campo foi realizada com 5 (cinco) participantes do SCFV/Reviver, sendo 5 mulheres: 3 mulheres na faixa etária de 40-60 anos e 2 idosas, mediante a aplicação de entrevistas semiestruturadas e com a utilização do formulário no qual havia perguntas abertas e fechadas, foram entrevistados também 1 (uma) assistente social e 1 (um) monitor do SCFV. A escolha dos participantes da pesquisa foi aleatória no qual os mesmos se dispuseram a serem entrevistados e os critérios utilizados foram mulheres na faixa etária de 40-60 anos e idosas, referenciados no PAIF inseridos

como participantes do projeto SCFV, pertencentes ao território de abrangência do CRAS Natal.

3.1 Cenário da Pesquisa

O presente estudo possui como Universo o município de Ituiutaba-MG com população estimada conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) em 104.067 habitantes.

O cenário foi o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Natal, localizado na Rua 2ª Bairro Natal, nº 990, sede própria da prefeitura, foi um dos primeiros a serem inaugurados neste município, suas atividades tiveram início no mês de Maio no ano de 2009. O espaço físico, antes de se tornar um CRAS, sediava a “Casa do Caminho” (albergue) e após foi sede do “Programa PETI”, porém com sua amplitude de salas e refeitórios e as adequações de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, tornou-se um espaço propício a oferta de ações, procedimentos e atividades previstos pelo serviços, como a concretização de direitos socioassistenciais, acolhimento, acompanhamento e encaminhamentos, possibilitando o sigilo e confidencialidade das informações.

Atualmente no município de Ituiutaba- MG, estão referenciados 6 CRAS (PSB) são eles: Natal, Alvorada, Pirapitinga, Brasil, Ipiranga, Buritis e apenas 1 CREAS (PSE).

É importante ressaltar conforme Histórico do CRAS Natal (2017) fornecido pelo profissional Assistente Social, que no município de Ituiutaba-MG a universalização de acesso aos direitos sociais dava-se juntamente com a Secretaria de Saúde e Promoção Humana funcionando em caráter funcionalista. Entre os anos de 1997 e 2000 houve a separação dessas secretarias, e posteriormente criou-se um Departamento de Desenvolvimento Social (DDS), no qual teve uma maior autonomia social para atuar. E a partir do ano de 2009, o DDS passou a ser Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social (SEDS), quando foi implantado o (SUAS) Sistema Único da Assistência Social no município.

Segundo dados retirados do documento Histórico do CRAS (2017), no ano de 2017, o CRAS Natal referenciou 5.000 famílias, e sua abrangência inclui 10 bairros e 03 comunidades rurais. O total de população residente neste território é de aproximadamente 14.688 pessoas.

O CRAS Natal atende 10 (Dez) bairros e parte do centro, que são eles: Elândia, Santa Maria, Nova Ituiutaba I, Nova Ituiutaba II, Nova Ituiutaba III, Nova Ituiutaba IV, Setor Sul, Natal, Jerônimo Mendonça e Centro (começa na Av. 17 a margem do Ribeirão Pirapitinga, desce a direita até a rua 26, sobe até a Av. 31 indo até a margem do Ribeirão Pirapitinga – sempre a direita). E quanto ao atendimento na Zona Rural, a Equipe de referência se deslocam até a Associação Santos Reis, Comunidade da Chácara, Pa-Nova Pântano Mariano e Aeroporto para exposição e oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica no Município. (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2017).

No que se refere aos serviços socioassistenciais o CRAS Natal oferta os seguintes:

- 1 - Grupos do SCFV: Brinquedoteca (crianças 0 à 6 anos); Força Jovem 1 e 2 (criança e adolescente de 7 à 14 / 15 à 17); Reviver (para Idosos acima de 60 anos).
- 2 - Oficinas Com Famílias: Gestantes (Bem Estar); Grupo de Pais (Oficial Mirim); Grupos “Roda Amiga” (Empreender, Liberdade, Vida Nova, Voo Livre) para o público beneficiários de Cesta Básica.
- 3 - Grupos de Geração de Trabalho e Renda: Arte Recicla (atividades de reciclagem); cursos de Bordado, Crochê, Corte e Costura; dentre outros que estão sendo implantados, na busca de amenizar as expressões da questão social, e na busca de proporcionar melhores condições de vida aos usuários.
- 4 - Ressalta-se ainda a existência de parceria do CRAS com o projeto FICA – Formação e Instrução de Crianças e Adolescentes, onde o CRAS disponibilizou o espaço para o FICA realizar suas atividades, e assim ficou destinadas algumas vagas do projeto para os jovens do SCFV. Este projeto promove treinamentos físicos, promove cultura, esporte e lazer, atividades recreativas, educação básica e profissional, aulas técnicas, deveres cívicos e sociais, banda musical, fanfarra dentre outras ações de caráter educativo e disciplinar. (O projeto disponibiliza Lanche).
- 5 – Existe também parceria com Educação no Projeto PEJA para Educação de Jovens e Adultos, onde o CRAS Disponibilizou uma sala para a execução das aulas, todos os dias da semana das 13 às 16:15 horas. (A educação disponibiliza Lanche). (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2017).

Deste modo iremos ressaltar 3 projetos que fazem parte do Grupo SCFV/Reviver que atende a população idosa, que são desenvolvidos no CRAS Natal, sendo que os dois últimos projetos mencionados são ofertados aos idosos, contudo há também a participação de pessoas com idade inferior há 60 anos, são eles:

- Arte recicla é um projeto transferência de renda, voltado para as famílias de baixa renda, no qual são desenvolvidas oficinas, ligadas a reutilização de materiais

recicláveis, como também são desenvolvidas aulas expositivas envolvendo métodos de aprendizagem, produção e integração.

- Sou idoso Sou feliz é um projeto direcionado a terceira idade, no qual os idosos participam duas vezes na semana. Neste projeto são realizadas atividades físicas, como também aula de dança.

- Bailão da Terceira idade caracteriza-se por um encontro semanal no qual idosos, como também pessoas com menos de 60 anos, vão ao CRAS Natal para dançarem e se divertirem. E os objetivos deste projeto é promover a interação dos idosos a partir da dança, como também a socialização dos mesmos juntamente com a comunidade.

E estes projetos ofertados pelo CRAS Natal têm como objetivo conforme PNAS (2004) “prevenir situações de risco, desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”. (BRASIL, 2004).

3.2 A pesquisa de campo, seus resultados e discussões

Para a realização da pesquisa de campo foi utilizado o formulário semiestruturado no qual havia perguntas abertas e fechadas. Os participantes da pesquisa foram 5 (cinco) mulheres, sendo 3 mulheres na faixa etária de 40-60 anos e 2 idosas participantes do SCVF/Reviver e foram entrevistados também 1 (uma) assistente social e 1 (um) monitor do SCFV/Reviver.

As entrevistas foram realizadas mediante agendamento prévio, e aconteceram na sede do CRAS Natal, no qual as participantes do grupo SCFV/Reviver estavam realizando atividades esportivas na quadra, local onde ocorreu a aplicação do formulário, por preferência das mesmas. Posteriormente foi apresentada a entrevista, as participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), logo após houve a aplicação do formulário, que foram respondidos a partir dos questionamentos da pesquisadora.

Para a apresentação dos resultados e a garantia do sigilo das entrevistadas, utilizou-se o termo participante 1 (47 anos), participante 2 (53 anos), participante 3 (56 anos), participante 4 (66 anos) e participante 5 (73 anos).

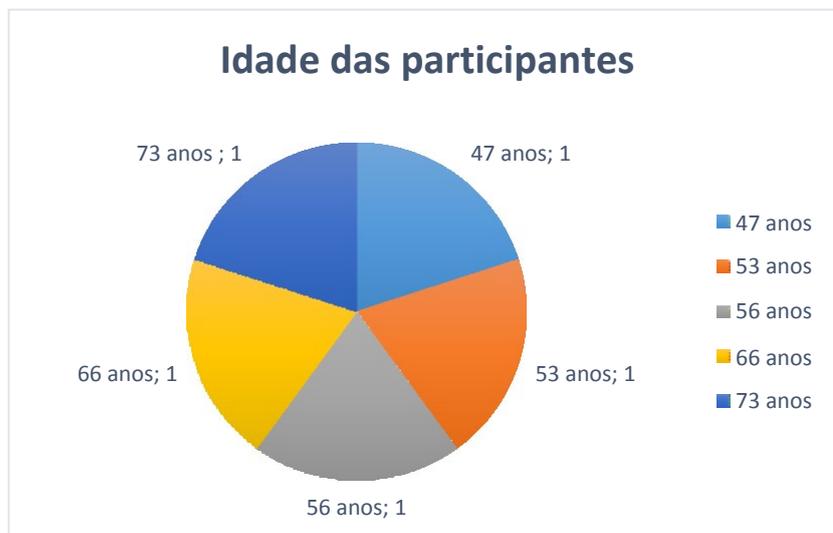
Referente à primeira pergunta foi questionado sobre o sexo das participantes e constatou-se que as 5 participantes são todas do sexo feminino.

Como foi dito a escolha das participantes da pesquisa foi aleatória, porém inicialmente esperava-se encontrar dentro do SCFV/Reviver somente Idosos(as), por

isso os critérios foram “idosos (as) referenciados no PAIF inseridos como participantes do projeto SCFV/Reviver, pertencentes ao território de abrangência do CRAS Natal, contudo o SCFV/Reviver atende também demandas advindas da articulação do CRAS com a rede, sem distinção de idade, ou seja, o grupo é heterogêneo e não é constituído somente por pessoas da terceira idade, sendo assim os participantes foram três mulheres na faixa etária de 40-60 anos e duas idosas.

A segunda pergunta foi referente a idade das participantes, que estão na faixa etária entre 47 a 73 anos, como mostra o gráfico 1.

Gráfico 1 - Idade das participantes



Fonte: Pesquisa de Campo CRAS Natal (Ituiutaba, 2019)

Ressalta-se que o SCFV/Reviver é um serviço que oferta projetos aos Idosos, contudo, neste grupo havia pessoas com idade abaixo dos 60 anos, que estavam inseridos no PAIF, também pessoas referenciadas no programa BF, pessoas encaminhadas da Rede Socioassistencial, entre outras.

A terceira pergunta refere-se ao estado civil das participantes.

Percebe-se que dentro do grupo SCFV/Reviver as participantes da pesquisa possuem, o estado civil bem variado conforme o gráfico 2, sendo as participantes: participante 1 (amasiada), participante 2 (divorciada), participante 3 (viúva), participante 4 (viúva) e participante 5 (casada).

Conforme apresenta o gráfico 2 abaixo:

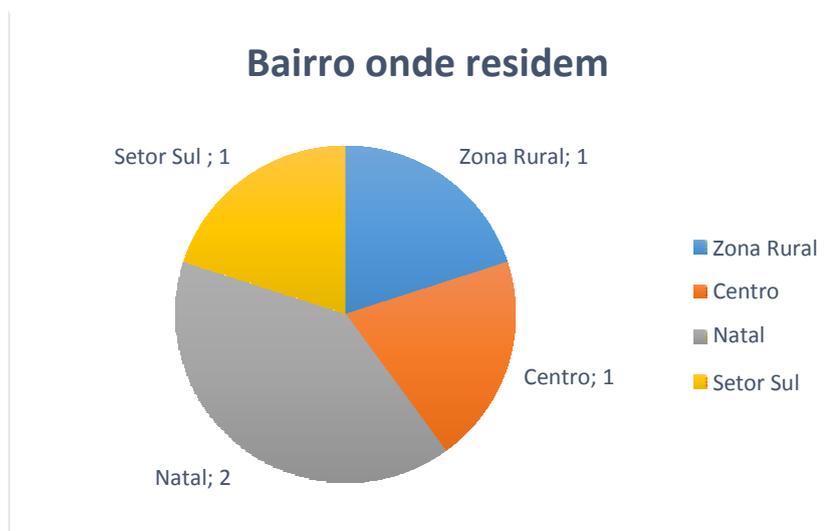
Gráfico 2- Estado Civil



Fonte: Pesquisa de Campo CRAS Natal (Ituiutaba, 2019)

De acordo com o critério usado na pesquisa, que as participantes devem fazer parte da abrangência do território do CRAS Natal constatou-se na quarta pergunta, que todas as entrevistadas residem nos bairros que são de abrangência do CRAS NATAL, são eles: Apenas 1 reside na Zona Rural, 1 no Bairro Centro, 2 no Bairro Natal e apenas 1 no Bairro Setor Sul, conforme mostra o gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3- Bairro onde residem



Fonte: Pesquisa de Campo CRAS Natal (Ituiutaba, 2019)

Conforme já demonstrado a PNAS (2004), traz que o princípio da territorialização é “o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos, que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social”. (BRASIL, 2004, p.91)

Referente a quinta pergunta foi indagado, as participantes se eram beneficiárias de aposentadoria ou pensão, obteve-se como resultado que 2 participantes não recebem nenhum benefício ou aposentadoria e 3 participantes recebem pensão, como mostra o gráfico 4.

Gráfico 4- Beneficiários de aposentadoria ou pensão



Fonte: Pesquisa de Campo CRAS Natal (Ituiutaba, 2019)

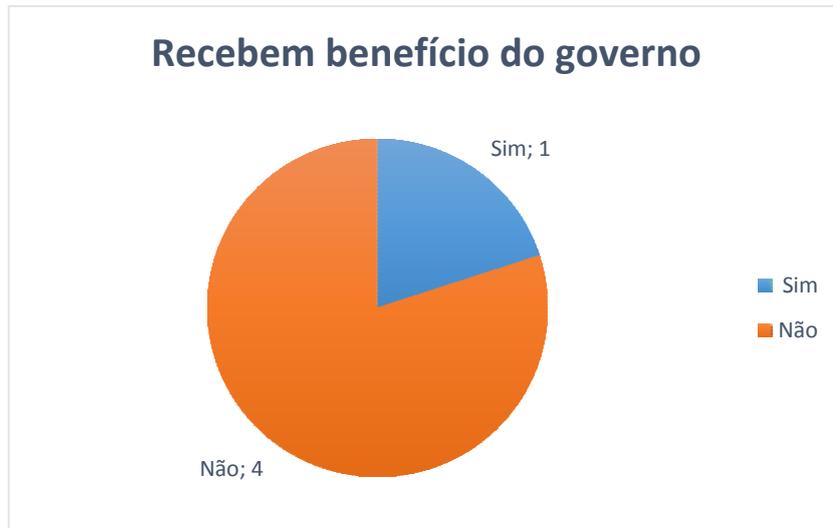
Ressalte-se que a participante 1 (47 anos) não é beneficiária nem de aposentadoria e nem de pensão, pois possui idade inferior a 60 anos. E a participante 5 (73 anos) também não é beneficiária nem de aposentadoria nem de pensão.

Na sexta pergunta ao serem indagadas se recebem benefício do governo, obteve-se que apenas a participante 1 (47anos) recebe o Benefício Bolsa Família.

Conforme BRASIL (2016) O Benefício Bolsa Família é “destinado as famílias que estão em situação de pobreza ou extrema pobreza”. O PBF é um programa de transferência de renda, que tem como objetivo a superação da pobreza, e outras formas de privação de direitos. (BRASIL, 2016, p.75). Assim justifica-se a participante 1, receber o bolsa família.

O gráfico 5 abaixo apresenta os respectivos dados:

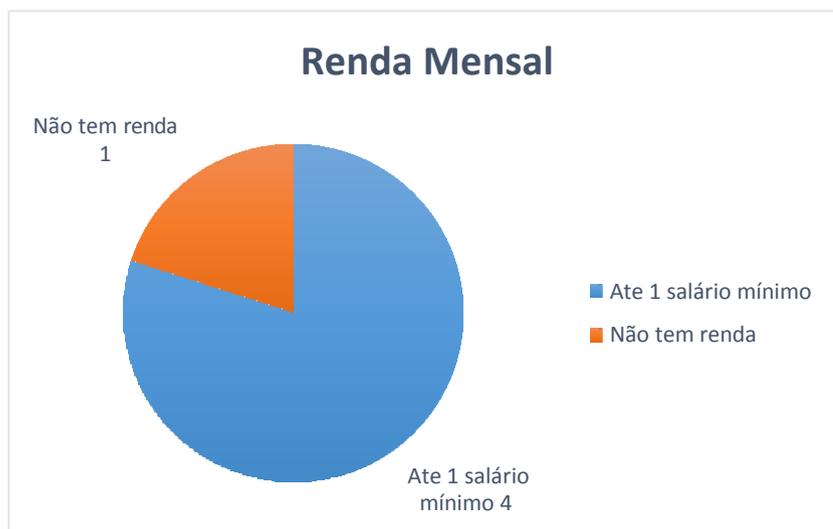
Gráfico 5- Recebem Benefício do Governo



Fonte: Pesquisa de Campo CRAS Natal (Ituiutaba, 2019)

Referente a sétima pergunta, sobre a renda mensal das participantes constatou-se que 4 participantes recebem até 1 salário mínimo, e apenas 1 participante não possui renda como apresenta o gráfico 6 abaixo.

Gráfico 6- Renda Mensal



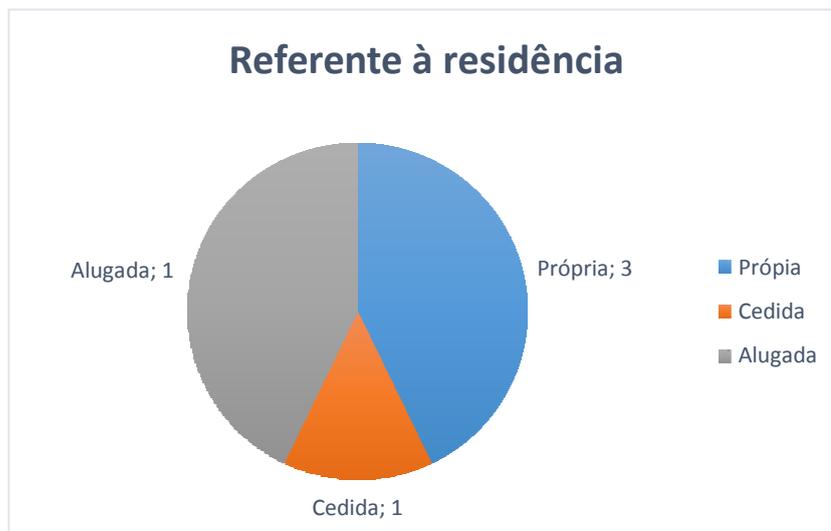
Fonte: Pesquisa de Campo CRAS Natal (Ituiutaba, 2019)

Ressalta-se que a participante 1 (47 anos) recebe bolsa família no qual o benefício é um quantitativo menor que 1 salário mínimo, e as participantes 2 (53 anos), 3 (56 anos) e 4 (66 anos) recebem pensão com valor mensal de 1 salário mínimo, e a

participante 5 (73 anos) não possui renda, pois segundo a mesma “é dona de casa e quem fica responsável pelas despesas da casa é o marido”.

Ao serem indagadas na oitava pergunta, se a casa onde moram é alugada, própria ou cedida, obteve-se que 3 participantes residem em casa própria, 1 participante reside em casa alugada e apenas 1 participante reside em casa cedida, conforme mostra o gráfico 7 abaixo.

Gráfico 7- Referente à residência



Fonte: Pesquisa de Campo CRAS Natal (Ituiutaba, 2019)

Ressalta-se que a participante 1 (47 anos) reside em casa cedida (Zona Rural), a participante 2 (53anos) reside em casa alugada, a participante 3 (56 anos) reside em casa própria, a participante 4 (66 anos) reside em casa própria e a participante 5 (73 anos) reside em casa própria.

Ao serem indagados na nona pergunta, como souberam dos projetos relacionados ao SCFV/Reviver disseram que:

“Após ter perdidos os pais, começou com depressão forte e o médico aconselhou a participar do projeto no CRAS”. (Pesquisa de campo, P1 47 anos, 2019).

“Participava lá no Leão XIII e a filha a chamou para irem lá no CRAS”. (Pesquisa de campo, P2 53 anos, 2019).

“Uma amiga que já participava, indicou e comecei a participar”. (Pesquisa de campo, P3 56 anos, 2019)

“Foi no baile dos idosos que começou a vir, e como já tinha o CAD Único, começou a participar e gostou”. (Pesquisa de campo, P4 66 anos, 2019).

“Através de uma amiga que a chamou e começou a ir “. (Pesquisa de campo, P5 73 anos,2019).

Como já foi dito o SCFV é articulado com a rede socioassistencial, e a partir dos relatos das participantes 1 e 2, é possível identificar algumas demandas advindas de outros setores como a saúde e escola, na qual a participante 2 relatou que participava das atividades como o crochê na Escola Leão XIII e posteriormente foi chamada pela filha para participar do projeto SCFV/Reviver no CRAS Natal.

Já na fala da participante 3 identifica-se que a participação da mesma se deu por meio do convite de uma amiga, que já participava do projeto SCFV/Reviver.

E é possível identificar na fala da participante 4 que após ter participado algumas vezes do Projeto Bailão da Terceira Idade, a mesma decidiu a continuar indo ao projeto SCFV/Reviver por ter gostado.

E na fala da participante 5 identificamos que soube que poderia estar participando do projeto SCFV/Reviver, através do convite de uma amiga.

Foi indagado na décima pergunta há quanto participam do projeto SCFV/Reviver. Constatou-se que a participante 1 (47 anos) participa há 5 anos, a participante 2 (53 anos) há 6 anos, a participante 3 (56 anos) há 2 anos, a participante 4 (66 anos) há 2 anos e a participante 5 (73 anos) há 6 anos. Como mostra o gráfico 8.

Gráfico 8- Tempo de participação no SCFV/Reviver



Fonte: Pesquisa de Campo CRAS Natal (Ituiutaba, 2019)

Nota-se que o tempo de participação é muito relevante, e condiz com nível de satisfação que será demonstrado posteriormente no Gráfico 9.

A Décima Primeira pergunta foi referente aos motivos que incentivaram as entrevistadas a participar do projeto. Dentre os motivos citados pelas entrevistadas, disseram que:

“Um deles foi a saúde, chorava muito, estava muito triste, e esse projeto me ajudou a voltar a sorrir”. (Pesquisa de campo, P1 47 anos, 2019).

“Um dos motivos foi a depressão, e com sua participação no projeto, pode dançar, fazer ginástica, fazer bordado, e que gosta de sair de casa e vir para o projeto para se distrair. (Pesquisa de campo, P2 53 anos, 2019).

“Um dos motivos foi para ter uma saúde melhor, porque ficava só dentro de casa, porque aqui no projeto temos amigos”. (Pesquisa de campo, P3 56 anos, 2019).

“Foi a depressão e que está lutando para supera-la”. (Pesquisa de campo, P4 66 anos, 2019).

“Foram as atividades físicas e o Projeto Arte Recicla (Transferência de Renda)”. (Pesquisa de campo, P5 73 anos, 2019).

Durante a entrevista e a partir da análise dos relatos das entrevistadas foi notório que o motivo primordial da participação das mesmas no projeto foi de amenizar o quadro de depressão no qual se encontravam. Como já foi dito o SCFV é um serviço que “visa a convivência, a socialização e também fortalecer vínculos, através do protagonismo dos seus participantes” (BRASIL, 2004, p. 36). E foi possível identificar na fala das entrevistadas que participar do projeto trouxe benefícios não só para saúde física, mas também para a saúde mental, nota-se que o projeto SCFV/Reviver tornou-se um espaço para construir amizades e também de lazer para as participantes.

A Décima Segunda pergunta foi referente sobre qual o nível de satisfação em participar do projeto SCFV Idoso. Obteve-se que todas estão muito satisfeitas em participar.

Conforme mostra o gráfico 9:

Gráfico 9- Nível de satisfação em participar do SCVF/Reviver



Fonte: Pesquisa de Campo CRAS Natal (Ituiutaba, 2019)

Relacionando o Gráfico 8: Tempo de Participação no SCFV/Reviver com o Gráfico 9: Nível de satisfação em participar do SCVF/Reviver: É importante ressaltar que algumas entrevistadas por estarem há 2 anos e outras há mais 5 anos, como também o nível de satisfação em que foi relatado por todas as 5 participantes foi de muito satisfeito, pois o tempo de participação das entrevistadas 2 e 5 é um tempo de participação muito relevante, que condiz muito sobre a qualidade do serviço oferecido.

Referente a Décima Terceira pergunta, foi indagado quais foram as mudanças percebidas pelas entrevistadas em suas vidas após sua participação no projeto, e disseram que:

“Sentiu-se com vontade de viver mais, teve mais saúde, vontade de ser feliz e fazer os outros sorrirem”. (Pesquisa de campo, P1 47 anos, 2019).

“Melhorou muito sua saúde”. (Pesquisa de campo, P2 53 anos, 2019).

“Melhorou muito. Porque a gente fica dentro de casa só olhando para as paredes e indo para o projeto fiz amigos e minha vida melhorou muito”. (Pesquisa de campo, P3 56 anos, 2019).

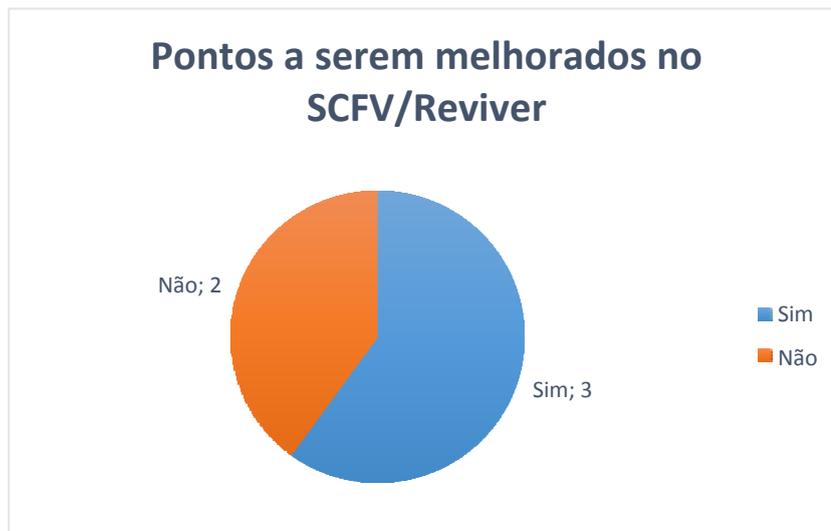
“Ficou mais animada, sente muito feliz quando está participando do projeto”. (Pesquisa de campo, P4 66 anos, 2019).

“Adora participar do projeto, a saúde melhorou após realizar a ginástica, que é muito bom”. (Pesquisa de campo, P5 73 anos, 2019)

É possível identificar a partir da fala das entrevistadas que após a participação no projeto, houve melhora na saúde a partir da realização de atividades físicas e também a partir da socialização com outros participantes do projeto.

Indagou-se na décima quarta pergunta, sobre alguns pontos a serem melhorados no projeto SCFV/Reviver. Constatou-se que as participantes 1 (47 anos), 2 (53 anos) e 5 (73 anos) responderam sim, e as participantes 3 (56 anos), 4 (66 anos) responderam não. Como mostra o gráfico 10 abaixo:

Gráfico 10-Pontos a serem melhorados no SCFV/Reviver



Fonte: Pesquisa de Campo CRAS Natal (Ituiutaba, 2019)

Conforme já demonstrado acima no gráfico 10, apenas 3 participantes apontaram que é necessário que se faça algumas melhorias no projeto SCFV, fazendo uma ligação entre o gráfico 10 com a décima quinta pergunta na qual foi indagado sobre quais pontos devem ser melhorados no projeto, as participantes citaram que:

“Por ser de idade inferior a 60 anos, a mesma é tratada de modo diferente pelos outros participantes, e que quer ser tratada de maneira igualitária pois a mesma respeita a todos e quer que seja respeitada por todos também”. (Pesquisa de campo, P1 47 anos, 2019). Analisando a fala da participante 1, pode-se identificar um atrito por ser a mais jovem do grupo no que se refere a convivência com os outros participantes.

“Deve ter mais atividades, e que a quadra em que realizam as atividades tem que ser coberta porque em dias de muito sol, não tem como brincar”. (Pesquisa de campo, P2 53 anos, 2019). Constata-se na fala da participante 2 que a demanda que se sugere a ser melhorado é em relação ao espaço físico.

“Assim que entrou para o projeto tinha uma assistente social, que fazia muitas coisas bonitinhas. Que deviam incentivar a fazer mais artesanato”. (Pesquisa de campo, P5 73 anos, 2019). Identifica-se na fala da participante 5 que a demanda que sugere a ser melhorado é em relação as oficinas nas quais oferecem artesanato. Contudo a participante 5 faz confusão do Profissional responsável pelas oficinas com o/a Profissional Assistente Social.

3.3 O olhar da Assistente Social e do Monitor do Projeto para o SCFV do CRAS Natal

Foram feitas entrevistas com a Profissional Assistente Social e também com o Profissional Monitor do Projeto SCFV/Reviver.

Para a apresentação dos resultados e a garantia do sigilo de não serem identificados, utilizou-se o termo Profissional 1 para a Assistente Social e Profissional 2 para o Monitor.

Utilizou-se o formulário, contudo aplicou-se na entrevista, e somente foram realizadas perguntas abertas referentes aos pontos a ser melhorados no projeto SCFV/Reviver e se a resposta da questão for positiva quais são esses pontos que devem ser melhorados. Após a apresentação do formulário, os profissionais assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido TCLE e responderam aos questionamentos da pesquisadora.

Ao ser indagada sobre quais pontos devem ser melhorados no projeto SCFV/Reviver, a Profissional 1 informou que: “Um orçamento maior para o desenvolvimento das atividades, melhor infraestrutura e uma equipe profissional maior”.

Ao analisar a fala da Profissional 1 podemos identificar 3 demandas, a primeira é em relação ao orçamento, a segunda sobre a estrutura física do local onde são ofertados o serviço socioassistencial e a terceira sobre o quadro de profissionais que deveria ser maior no qual atenderia melhor as demandas recebidas pelo SCFV.

Ao ser indagado sobre quais pontos devem ser melhorados no projeto SCFV, o Profissional 2 relatou que: “Estrutura, A quadra precisa ser coberta, precisa ser pintada porque fazemos as atividades ali”.

Analisando a fala do Profissional 2 podemos identificar uma demanda na qual a Profissional 1, também relatou que é sobre a estrutura física, a quadra em específico, local no qual é realizado várias atividades com o Grupo SCFV/Reviver.

Assim, as falas de ambos demonstram a necessidade de constante avaliação e reavaliação dos projetos, e também reflete os constantes cortes no orçamento da Assistência Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa nos permitiu uma visão geral sobre os primórdios da Seguridade Social, ressaltando também a Proteção Social Básica na qual se referênciamos o CRAS e contextualizamos também sobre as políticas de defesa que são voltadas para o Idoso.

E para que o trabalho não se limitasse apenas na teoria buscou-se a partir da pesquisa de campo, caracterizar o perfil das mulheres e idosos que participam do SCFV/ Reviver no CRAS Natal. E ainda compreender o significado para as mulheres e idosos em participar destes projetos. Buscou também compreender a visão da Assistente Social como também do Monitor do projeto no que se refere há alguns pontos a serem melhorados no SCFV/Reviver.

Pode-se chegar assim em algumas conclusões que o projeto SCFV/Reviver atende não só a população idosa, como também pessoas com menos de 60 anos, no qual são encaminhados pela Rede Socioassistencial ou por demanda espontânea.

Partiu-se do pressuposto de que o projeto SCFV/Reviver desenvolvido no CRAS Natal garantisse a qualidade de vida dos participantes deste projeto.

Mediante a entrevista realizada constatou que o SCFV/Reviver garante uma melhor qualidade de vida aos participantes do projeto, pois ao serem indagadas as participantes destacam que perceberam melhorias na saúde, na vida social, proporcionou a elas amizades, interação com outras pessoas, e é exatamente este o propósito deste Serviço.

O projeto SCFV/Reviver tem alguns pontos a serem melhorados os quais foi ressaltado, tanto nas falas das participantes do SCFV/Reviver como também na fala dos profissionais entrevistados, e um deles é em relação ao espaço físico onde se realizam as atividades.

Outro ponto que foi ressaltado na fala do Profissional 1, foi sobre o orçamento como também a equipe técnica que desenvolve as atividades SCFV, que deveriam ser maiores, para assim corresponderem as demandas que chegam.

Percebe-se que é necessário que para o SCFV/Reviver seja designado uma equipe multiprofissional a partir das demandas dos participantes do Grupo Reviver buscando a ampliação dos serviços como também a satisfação dos participantes.

Contudo, conforme já relatado o SCFV deveria ter como público alvo Idosos, crianças ou adolescentes em grupos distintos e para tanto deveria ter seu próprio espaço, ou seja, deveria haver um Centro de Convivência para Idosos, com objetivo

de atender apenas a população idosa, buscando melhorar a qualidade de vida dos idosos, evitando o isolamento como também para que tenham um envelhecimento ativo e digno. Neste sentido o Centro de Convivência para Idosos, constitui-se de um espaço físico amplo e coberto no qual realizaria atividades voltadas aos idosos, com equipes já preparadas para atender a essa população.

Finalizando espera-se que este trabalho contribua de alguma forma para os estudos e atividades referentes a população idosa e seus enfrentamentos, contudo não se esgota e traz muitas outras indagações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 09 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm Acesso em: 22 jul. 2017.

BRASIL. **Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm. Acesso: 01 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm Acesso em: 22 de jul. de 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. **Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC)**. 22 de junho de 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc> Acesso em: 22 jul. 2017

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. **Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>. Acesso em: 22 jul. 2017

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Curso de introdução à atualização sobre especificidade e interfaces da proteção social básica no SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do idoso**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004**: Norma Operacional Básica NOB/SUA 2005. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 01 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/folder.2010-11-23.9973739377/Tipificao.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para pessoas idosas**: orientações técnicas. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012. Disponível em: <https://craspsicologia.files.wordpress.com/2013/09/orientacoes-tecnicas-do-scfv-para-pessoas-idosas.pdf> Acesso em: 22 jul. 2017.

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Histórico do Centro de Referência da Assistência Social**. Ituiutaba, 2017.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, B. R. (org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento *et al.* 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2017.

DELGADO, G.; JACCOUD, L.; NOGUEIRA, R. P. **Seguridade social**: redefinindo o alcance da cidadania. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4347/1/bps_n17_vol01_seguridade_social.pdf Acesso em: 21 de mar. 2019

FUCHS, A.M.S.; FRANÇA, M.N.; PINHEIRO, M.S.F. **Guia de normalização de publicações técnico-científicas**. Uberlândia: EDUFU, 2013.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: ATLAS, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MESTRINER, Maria Luiza. O Estado entre a filantropia e a assistência social. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: VOZES, 2009.

PORTAL BRASIL. **CAD ÚNICO**. 2 de março de 2010. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2010/03/cadunico> Acesso em: 22 jul. 2017.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica de serviço social; v 3).

SPOSATI, A. O. *et al.* A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “ *(Políticas Públicas Referenciadas no CRAS Natal no Município de Ituiutaba: SCFV/Reviver)* ”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Profa. Dra. Luzilene de Almeida Martiniano e Nayslla Delfino Paula Amorim da Universidade Federal de Uberlândia Campus Pontal. Nesta pesquisa nós estamos buscando conhecer os projetos desenvolvidos pelo CRAS Natal no município de Ituiutaba. Também terá como objetivos específicos compreender o significado para os participantes da pesquisa em participar dos projetos e caracterizar o perfil das mulheres e dos idosos que participam dos projetos do CRAS Natal. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelos pesquisadores Profa. Dra. Luzilene de Almeida Martiniano e Nayslla Delfino Paula Amorim. O projeto será desenvolvido na instituição Centro Referência em Assistência Social CRAS Natal em Ituiutaba, local em que você será abordado para as devidas explicações sobre a pesquisa e sua possível participação. Você será informado com antecedência, ou seja, será feito contato telefônico agendando um horário para esclarecimento sobre a pesquisa e se você concorda em participar, deixando claro que sua participação não é obrigatória, conforme consta no item IV da Resol. CNS 466/12 ou Cap. III da Resol. 510/2016 quando for pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Na sua participação na Pesquisa de campo, será feita a entrevista, com perguntas abertas e fechadas a partir da aplicação do formulário que será lido e esclarecido a fim de que você possa falar. Caso você permita, o gravador será utilizado para registrar as falas, que serão desgravadas após a transcrição e análise das falas, contudo as mesmas não terão nenhum tipo de informação que o identifique. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa. A pesquisa não será longa, terá tempo no mínimo de uma hora e caso exceda o tempo máximo de duas horas após a pesquisa, será fornecido gratuitamente lanche para os participantes. Os possíveis riscos que a pesquisa poderá trazer, será sua identificação, caso haja perda dos arquivos, a sua identidade será resguardada pois posteriormente será usado nome fictício. A pesquisa trará como benefícios uma riqueza de informações para o pesquisador e será de uma enorme contribuição, pois o tema usado, será o mesmo para o Trabalho de Conclusão do Curso, e posteriormente para busca e estudo de futuros projetos de pesquisas. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: (Luzilene de Almeida Martiniano, endereço: Rua Vinte, 1600 – Bairro Tupã, telefone: 3271-5262. Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa

APÊNDICE B- FORMULÁRIO

1- Sexo:

Feminino () Masculino ()

2- Idade: _____

3- Estado Civil:

Solteiro (a) () Casado (a) () Divorciado (a) () Viúvo(a) ()

Amasiado (a) ()

4- Qual Bairro você mora?

5- Você é aposentado/a e/ou pensionista?

Sim () Não ()

6- Recebe benefício do Governo? (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada BPC, etc).

7- Qual o valor da sua renda mensal?

- () até 1 salário mínimo
- () entre 1 a 2 salários mínimo
- () entre 2 a 3 salários mínimo
- () mais de 3 salários mínimo

8- A casa onde você mora é:

Alugada () Própria () Em aquisição () Cedida ()

9- Como soube que poderia participar dos projetos do CRAS?

10- Há quanto tempo você participa do projeto?

11- Quais foram os motivos que incentivaram a participar do projeto?

12- Qual o seu nível de satisfação quanto a sua participação no projeto?

Muito Satisfeito () Satisfeito () Pouco Satisfeito () Insatisfeito ()

13- Quais foram as mudanças que você notou em sua vida após a sua inserção no projeto?

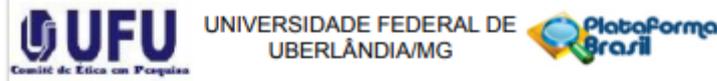
14- Em sua opinião o projeto em que participa possui pontos a serem melhorados?

Sim ()

Não()

15- Se sim. Deixe sua sugestão sobre o que precisa ser melhorado no projeto em que participa.

ANEXOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Políticas Públicas para o Idoso no CRAS Natal no Município de Ituiutaba

Pesquisador: Luzilene de Almeida Martiniano

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 96572318.6.0000.5152

Instituição Proponente: Universidade Federal de Uberlândia/ UFU/ MG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.036.768

Apresentação do Projeto:

Trata-se de análise de respostas à pendência apontada no parecer consubstanciado número 2.983.043, de 25 de outubro de 2018.

O projeto é da área de serviço social e tem como objetivo estudar a participação de idosos em projetos desenvolvidos pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS natal, em Ituiutaba, a exemplo de aulas de dança e inserção digital. Para alcançar tal objetivo, as pesquisadoras propõem pesquisa exploratória bibliográfica, pesquisa documental, através de buscas nos prontuários da Instituição, com o intuito de identificar o perfil dos usuários que participam dos projetos, e pesquisa de campo. Nesta última, um dos pesquisadores utilizará o método de dinâmica com os idosos de um dos projetos, e posteriormente serão aplicadas entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas e fechadas e utilização de formulário. Se o participante permitir, a entrevista será gravada.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Conhecer os projetos desenvolvidos pelo CRAS Natal no município de Ituiutaba para os idosos.

Objetivo Secundário:

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 3.036.768

Compreender o significado para os idosos em participar dos projetos e caracterizar o perfil dos idosos que participam dos projetos do CRAS Natal.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os possíveis riscos que a pesquisa poderá trazer, será a identificação dos participantes da pesquisa. Mas caso haja perda dos arquivos, a identidade dos participantes será resguardada pois posteriormente serão usados nomes fictícios.

Benefícios:

A pesquisa trará como benefícios uma riqueza de informações para o pesquisador e será de uma enorme contribuição, pois o tema usado, será o mesmo para o Trabalho de Conclusão do Curso, e posteriormente para busca e estudo de futuros projetos de pesquisas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide conclusões finais abaixo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram apresentados.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pendência do parecer anterior atendida.

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12, o CEP manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Data para entrega de Relatório Final ao CEP/UFU: maio/junho de 2019.

OBS.: O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.

Endereço: Av. João Neves de Ávila 2121 - Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.405-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** csp@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 3.036.708

O CEP/UFU lembra que:

- a- segundo a Resolução 466/12, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo Participante da pesquisa.
- b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.
- c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução CNS 466/12, não implicando na qualidade científica do mesmo.

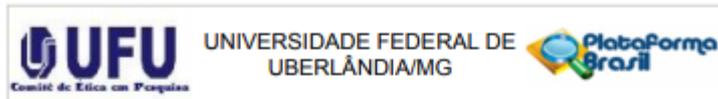
Orientações ao pesquisador :

- O Participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 466/12) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado.
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS 466/12), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao participante da pesquisa ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/12). É papel de o pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res.251/97, item III.2.e).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|----------------|-----------------------------|------------|-------|----------|
| Informações | PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_P | 31/10/2018 | | Aceito |

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
 Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
 UF: MG Município: UBERLÂNDIA
 Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4335 E-mail: cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 3.036.768

| | | | | |
|--|------------------------------|------------------------|-----------------------------------|--------|
| Básicas do Projeto | ETO_1143311.pdf | 19:22:06 | | Aceito |
| Outros | resp_2.docx | 31/10/2018 18:17:36 | NAYSSLA DELFINO PAULA AMORIM | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Agência | TCLE_2018aNayslaa.pdf | 30/10/2018 18:58:25 | NAYSSLA DELFINO PAULA AMORIM | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | projpesquisanaysla.pdf | 26/09/2018 15:34:57 | Luzilene de Almeida Martiniano | Aceito |
| Outros | RespostaPendencias2018.pdf | 26/09/2018 15:32:39 | Luzilene de Almeida Martiniano | Aceito |
| Outros | Pesquisadoreslinks2018.docx | 13/07/2018 15:51:33 | NAYSSLA DELFINO PAULA AMORIM | Aceito |
| Outros | FormulanoNaysla2018.pdf | 13/07/2018 15:48:30 | NAYSSLA DELFINO PAULA AMORIM | Aceito |
| Folha de Rosto | folhaderostoNaysla.pdf | 13/06/2018 22:31:04 | NAYSSLA DELFINO PAULA AMORIM | Aceito |
| Outros | terequexecutora2018.pdf | 07/06/2018 17:39:48 | NAYSSLA DELFINO PAULA AMORIM | Aceito |
| Outros | declaracaoparcipante2018.pdf | 07/06/2018 17:06:15 | NAYSSLA DELFINO PAULA AMORIM | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERLANDIA, 24 de Novembro de 2018

Assinado por:
Karine Rezende de Oliveira
(Coordenador(a))

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121 - Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
UF: MG Município: UBERLANDIA
Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4335 E-mail: cep@propp.ufu.br